

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Referência 200/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
200/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	JOSE WILTON VIEIRA SILVA	05/09/2025 14:33 (v 4.3)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	348/2025	00059.000262/2025-65

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços visando aquisição de equipamentos de ar condicionado tipo split, de peças para reposição e fluido refrigerante, de modo a garantir o adequado funcionamento dos sistemas de climatização do Palácio do Planalto, seus Anexos, Pavilhão das Metas, das edificações no complexo N2, do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto, conforme itens da tabela abaixo, visando atender solicitação da Diretoria de Engenharia e Patrimônio/Coordenação-Geral de Engenharia no Demanda nº 2/2025/COMAE/COENGE/DIENP/SA/SE/CC/PR e na Nota Técnica 12 (6526499) COMAE/COENGE/DIENP/SA/SE/CC/PR.
- 1.2. A licitação será realizada através do Sistema Registro de Preços, tendo em vista o valor estimado dos itens e a forma de entrega parcelada dos mesmos. O licitante, deverá ofertar os preços para cada item, conforme tabela a seguir, observando condições e exigências estabelecidas neste instrumento, no Estudo Técnico Preliminar e no Edital do pregão.

Item	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	Unidade de Fornecimento	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Equipamento de ar condicionado tipo split cassette "júnior" ou "compacto" de 4 vias, 36.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A .	458221	Unidade	2	8	R\$ 8.934,00	R\$ 71.472,00
2	Equipamento de ar condicionado tipo split cassette "júnior" ou "compacto" de 4 vias, 24.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	605381	Unidade	2	8	R\$ 4.957,07	R\$39.656,56
3	Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU /h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	316530	Unidade	10	30	R\$ 7.986,00	R\$ 239.580,00
4	Equipamento de ar condicionado tipo split, 24.000 BTU /h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	480928	Unidade	10	30	R\$ 4.228,00	R\$ 126.840,00
	Equipamento de ar condicionado tipo split hi-wall, 18.000 BTU/h, com evaporadora, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo						

5	Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	458191	Unidade	10	30	R\$ 3.130,00	R\$ 93.900,00
6	Equipamento de ar condicionado tipo split, 12.000 BTU /h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	458192	Unidade	10	30	R\$ 2.150,00	R\$ 64.500,00
7	Equipamento de ar condicionado tipo split piso teto, 48.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	611341	Unidade	5	20	R\$ 9.585,00	R\$ 191.700,00
8	Equipamento de ar condicionado tipo split piso teto, 36.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	355747	Unidade	5	20	R\$ 7.800,00	R\$ 156.000,00
9	Equipamento de ar condicionado tipo split, 24.000 BTU /h, com evaporadora tipo piso teto, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	355746	Unidade	5	20	R\$ 4.300,00	R\$ 86.000,00
10	Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU /h, com evaporadora tipo built-in (teto embutido), operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	621336	Unidade	1	4	R\$ 7.468,93	R\$ 29.875,72
11	Equipamento de ar condicionado tipo split, 60.000 BTU /h, com evaporadora tipo built-in (teto embutido), operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	480929	Unidade	1	4	R\$ 11.473,00	R\$ 45.892,00
12	Fluido refrigerante R32 recipiente de gás de no mínimo 9 Kg	613141	Unidade	10	30	R\$ 594,50	R\$ 17.835,00
13	Fluido refrigerante R410A recipiente de gás de no mínimo 11 Kg	400047	Unidade	10	90	R\$ 558,00	R\$ 50.220,00
14	Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 1 ou 2 vias	484501	Unidade	30	90	R\$ 440,49	R\$ 39.644,10
15	Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 4 vias	484501	Unidade	30	90	R\$ 440,49	R\$ 39.644,10
Valor Total da Contratação							R\$ 1.292.759,48

- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado e, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.5. Após a homologação da licitação, será firmado ou aceito instrumento equivalente ao Termo de Contrato (Nota de Empenho).
- 1.6. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, na forma do art. 22 do Decreto 11.462/2023.
- 1.7. Havendo prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com Art. 22 do Decreto nº 11.462, de 2023, será admitida a renovação dos exatos quantitativos estabelecidos pela Ata de Registro de Preços, desde que seja comprovado o preço vantajoso e ocorra dentro do prazo de sua vigência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Para a UASG 110001 - Secretária Administrativa da Presidência da República, o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 associado ao DFD 587/2024 (SUPER nº 6476889), está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024

III) Id do item no PCA: 665

IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL,MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS

V) Identificador da Futura Contratação: 110001-348/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2. Requisitos Específicos

4.2.1. Os equipamentos e materiais objeto deste Registro de Preço devem promover uma melhor climatização nas salas ou ambientes em que serão instalados. Devem ser de fácil instalação e manuseio tanto para instalação e deverão estar acompanhados de todos os respectivos acessórios, bem como, cumprir a legislação aplicável ao objeto da presente licitação.

4.2.2. Considerando as necessidades e particularidades dos bens e serviços ofertados aos órgãos da Presidência da República, especialmente no tocante a durabilidade, segurança e observância dos normativos legais vigentes, dos materiais que ora se propõe adquirir, considerando o teor das especificações sugeridas no Documento de Formalização da Demanda nº 587/2024/COMAN /COENGE/DIENP/SA (6476889) e reavaliadas na Nota Técnica 12 (6526499) /COMAE/COENGE/ DIENP/SA/SE/CC/PR, buscando aumentar o número de marcas/modelos que poderão participar do certame (maior concorrência), as especificações a serem atendidas são:

4.2.2.1. Equipamento de ar condicionado tipo split cassette "júnior" ou "compacto" de 4 vias, 36.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT com Cassete 4 vias compacto, operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;
4. possuir capacidade de 36.000 (trinta e seis mil) BTU/h ou superior;
5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico em 60 Hz (sessenta Hertz);

6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021;
7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel), devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual;
10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;

4.2.2.2. Equipamento de ar condicionado tipo split cassete "júnior" ou "compacto" de 4 vias, 24.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT com Cassete 4 vias compacto, operação inverter;
 2. ter condensador remoto a ar;
 3. possuir ciclo frio;
 4. possuir capacidade de 24.000 (vinte e quatro mil) BTU/h ou superior;
 5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico em 60 Hz (sessenta Hertz);
 6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
 7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
 8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
 9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.
 10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;
- 4.2.2.3. Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT High-wall compacto, operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;
4. possuir capacidade de 36.000 (trinta e seis mil) BTU/h ou superior;
5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica em 60 Hz (sessenta Hertz);
6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;

9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;

4.2.2.4. Equipamento de ar condicionado tipo split, 24.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT High-wall compacto, operação inverter;

2. ter condensador remoto a ar;

3. possuir ciclo frio;

4. possuir capacidade de 24.000 (vinte e quatro mil) BTU/h ou superior;

5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica em 60 Hz (sessenta Hertz);

6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.

7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;

8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;

9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;

4.2.2.5. Equipamento de ar condicionado tipo split hi-wall, 18.000 BTU/h, com evaporadora, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT High-wall compacto, operação inverter;

2. ter condensador remoto a ar;

3. possuir ciclo frio;

4. possuir capacidade de 18.000 (dezoito mil) BTU/h ou superior;

5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica em 60 Hz (sessenta Hertz);

6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.

7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;

8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;

9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;

4.2.2.6. Equipamento de ar condicionado tipo split, 12.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT High-wall compacto, operação inverter;
 2. ter condensador remoto a ar;
 3. possuir ciclo frio;
 4. possuir capacidade de 12.000 (doze mil) BTU/h ou superior;
 5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica em 60 Hz (sessenta Hertz);
 6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
 7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
 8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
 9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.
 10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;
- 4.2.2.7. Equipamento de ar condicionado tipo split piso teto, 48.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT Piso teto compacto, operação inverter;
 2. ter condensador remoto a ar;
 3. possuir ciclo frio;
 4. possuir capacidade de 48.000 (quarenta e oito mil) BTU/h ou superior;
 5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico, em 60 Hz (sessenta Hertz);
 6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
 7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
 8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
 9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.
 10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;
- 4.2.2.8. Equipamento de ar condicionado tipo split piso teto, 36.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT Piso teto compacto, operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;
4. possuir capacidade de 36.000 (trinta e seis mil) BTU/h ou superior;
5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico, em 60 Hz (sessenta Hertz);

6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.

7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;

8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;

9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;

4.2.2.9. Equipamento de ar condicionado tipo split, 24.000 BTU/h, com evaporadora tipo piso teto, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT compacto piso teto, operação inverter;

2. ter condensador remoto a ar;

3. possuir ciclo frio;

4. possuir capacidade de 24.000 (vinte e quatro mil) BTU/h ou superior;

5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico, em 60 Hz (sessenta Hertz);

6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.

7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;

8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;

9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;

4.2.2.10. Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU/h, com evaporadora tipo built-in (teto embutido), operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT compacto built-in (teto embutido), operação inverter;

2. ter condensador remoto a ar;

3. possuir ciclo frio;

4. possuir capacidade de 36.000 (trinta e seis mil) BTU/h ou superior;

5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico, em 60 Hz (sessenta Hertz);

6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.

7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;

8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;

9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;

4.2.2.11. Equipamento de ar condicionado tipo split, 60.000 BTU/h, com evaporadora tipo built-in (teto embutido), operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT compacto built-in (teto embutido), operação inverter;

2. ter condensador remoto a ar;

3. possuir ciclo frio;

4. possuir capacidade de 60.000 (sessenta mil) BTU/h ou superior;

5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico, em 60 Hz (sessenta Hertz);

6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.

7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;

8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;

9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;

4.2.2.12. Fluido refrigerante R32 recipiente de gás de no mínimo 9 Kg

Modelo/Marca Referência: Marca Chemours ou Dupont

4.2.2.13. Fluido refrigerante R410A recipiente de gás de no mínimo 11 Kg

Modelo/Marca Referência: Marca Chemours ou Dupont

4.2.2.14. Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 1 ou 2 vias

Modelo/Marca Referência: ASPEN PUMPS

4.2.2.15. Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 4 vias

Modelo/Marca Referência: ASPEN PUMPS

4.2.3. As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório. Ademais, as especificações dos equipamentos de ar condicionado, das peças para reposição e fluido refrigerante a serem entregues devem observar padronização compatível com aquelas adotadas usualmente nas empresas especializadas do ramo de comércio e indústria. Os dados dos produtos também devem atender a catalogação no sistema de compras do governo federal.

4.3. Sustentabilidade

4.3.1. A Contratada, deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a a Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional, em especial o disposto em seus artigos 2º e 5º, a saber:

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

(...)

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.3.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (5ª ed. revista, atualizada, ampliada. Brasília: AGU, agosto de 2022), em especial página 157 e páginas 283/284, nos incisos V e VIII dos requisitos específicos listados em parágrafos e subitens já consta a necessidade do modelo de equipamento de ar condicionado portátil a ser fornecido atender as certificações correspondentes.

4.3.3. a demanda apresentada neste Termo de Referência está devidamente contemplada no Plano Diretor de Logística Sustentável 2024-2026 da Presidência da República (PLS/PR), elaborado em conformidade com os artigos 7º, 8º e 9º da Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME.

4.3.4. O PLS/PR contempla os seis eixos temáticos estabelecidos pela normativa, com destaque para os seguintes pontos relacionados à essa demanda:

- **Eixo 1 – Promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços**, que prevê ações voltadas à minimização do impacto ambiental nas contratações, à compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE), à busca por soluções energéticas inovadoras e à substituição de equipamentos obsoletos por modelos mais eficientes;
- **Eixo 3 – Identificação dos objetos de menor impacto ambiental**, com o objetivo de ampliar a aplicação de critérios de sustentabilidade nas aquisições e contratações públicas.

4.4. Da exigência de amostra

4.4.1. Não haverá exigência de amostra.

4.5. Subcontratação

4.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6. Garantia da Contratação

4.6.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

4.7 Critérios de Aceitação

4.7.1. Para o item a ser adquirido, o licitante deverá encaminhar juntamente com a proposta comercial, catálogo técnico das condensadoras que contenha todas as especificações e detalhes técnicos.

4.7.1.1. O catálogo técnico da condensadora deverá conter foto.

4.7.1.2. Destaca-se que só serão aprovadas/homologadas marcas e modelos que atendam a todos os critérios elencados tanto no estudo técnico preliminar quanto neste termo de referência.

4.8. Impossibilidade de Adesão à Ata de Registro de Preços

4.8.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

4.9. Indicação de Marca

4.9.1. A eventual menção a marcas ou modelos neste Termo de Referência tem caráter meramente referencial, com o objetivo de facilitar a compreensão das especificações técnicas do objeto a ser contratado.

4.9.2. Nos termos do art. 41, inciso I, alínea 'd', da Lei nº 14.133/2021, tal indicação não implica preferência ou exclusividade, sendo admitidas propostas com produtos equivalentes, desde que atendam integralmente às exigências técnicas e funcionais descritas neste documento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da confirmação de recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, observando-se a quantidade definida na solicitação, o horário e o local de entrega especificados.

5.1.1. Local de entrega: Depósito Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Área anexa ao Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília - DF.

5.1.2. O horário de entrega poderá ser fixado entre 8 h (oito horas) e 18 h (dezoito horas).

5.1.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.4. O bem deverá ser entregue acondicionado em embalagem própria, para cada item, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.4. A garantia se iniciará a partir do recebimento definitivo.

5.5. A licitante vencedora deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão-de-obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia/assistência técnica, não havendo qualquer ônus para a Secretaria de Administração da Presidência da República.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput**).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (**Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II**);

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III**);

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV**).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V**).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII**).

Fiscalização Administrativa

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (**Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022**).

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (**Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV**).

6.8. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas acordadas entre os fiscal(is) do contrato e o preposto da contratada definidas em comum acordo por e-mail ou outro instrumento legal.

6.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.10. Cabe ao gestor do contrato:

6.10.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.10.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.10.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

7.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 7.1, de 20 % (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

7.2.4.1. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 7.1, de 15 % (quinze por cento) a 20 % (vinte por cento) do valor do Contrato.

7.2.4.1. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.1, a multa será de 10 % (dez por cento) a 15 % (quinze por cento) do valor do Contrato.

7.2.4.1. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 7.1, a multa será de 5 % (cinco por cento) a 10 % (dez por cento) do valor do Contrato.

7.2.4.1. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.1, a multa será de 0,5 % (cinco décimos por cento) a 5 % (cinco por cento) do valor do Contrato

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão

apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE - Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/06/2025.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item I deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. É dispensada a exigência de comprovação de qualificação técnica dos licitantes, uma vez que os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 1.292.759,48** (um milhão, duzentos e noventa e dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025, na Unidade Gestora Secretaria de Administração, número de UG 110001 – SA/PR

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE WILTON VIEIRA SILVA

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 10:18:58.

JOSE SILVIO PESSOA FILHO

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 14:33:51.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Estudo Técnico Preliminar 86/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 00059.000262/2025-65

2. Descrição da necessidade

2.1. A Presidência da República conta com um complexo extenso de edificações, onde é essencial manter condições de climatização adequadas para o trabalho dos servidores e para a realização de atividades institucionais. Com a proximidade do fim da vida útil dos equipamentos de ar-condicionado tipo split em uso, é necessária a implantação de um programa de modernização para garantir a eficiência e a confiabilidade do sistema de climatização.

2.2. Motivações para a Substituição dos Equipamentos:

2.2.1. Eficiência Energética e Sustentabilidade: Equipamentos mais antigos tendem a consumir mais energia, o que representa um aumento nos custos operacionais. A modernização com aparelhos de alta eficiência, que utilizam tecnologias atuais, permitirá uma redução significativa no consumo de energia elétrica, alinhando-se aos objetivos de sustentabilidade da Presidência e resultando em economia para os cofres públicos. Vide Relação-Patrimônio-GPAT-2025 05 16 - 16 17 47 - Planilha (6739938).

2.2.2. Manutenção e Custo-Benefício: Os aparelhos de ar-condicionado com vida útil expirada exigem manutenções mais frequentes e dispendiosas, além de estarem mais sujeitos a falhas que podem comprometer o ambiente de trabalho. Substituir os equipamentos reduzirá o número de paradas para reparo e os custos com manutenção corretiva, promovendo maior economia no médio e longo prazo - Vide Relatório Estatístico de Aparelhos de Ar Condicionado (6739946).

2.3. Em que pese os esforços contínuos de manutenção e conservação empreendidos pela Coordenação de Manutenção Eletromecânica (COMAE), nem sempre é possível concluir a manutenção de equipamentos danificados, uma vez que a grande maioria já está com ciclo de vida expirado com mais de 10 (dez) anos de uso. Por serem equipamentos defasados há a falta de peças no mercado de reposição, sendo justificado pelos fornecedores como equipamentos e peças descontinuadas de fabricação. Além disso, eventualmente, surgem demandas associadas a instalação de equipamentos de ar condicionado novos em locais que não eram atendidos por sistemas de climatização.

2.4. A aquisição de algumas unidades de aparelhos de condicionamento de ar do tipo split, como ora se propõe com a presente contratação, possibilitarão substituir equipamentos ultrapassados, ou então, com a vida útil já superada. Além disso, o Brasil é reconhecido internacionalmente como um dos principais países defensores do meio-ambiente, seja por possuir a maior floresta tropical do mundo (Floresta Amazônica), como também, pela diplomacia brasileira atuar significativamente nas negociais de acordos e tratados desta temática. Este reconhecimento internacional resultou na indicação do Brasil para sediar em 2025 a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-30).

2.5. A substituição de aparelhos de ar-condicionado ultrapassados é uma ação governamental que busca criar condições para uma gestão e governança pública sustentável alinhada com compromissos internacionais, promovendo todas as dimensões da sustentabilidade em prol do desenvolvimento do País (<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/inovacao-governamental/consultoria-executiva/sustentabilidade>).

2.6. Ademais, a falta de climatização poderá também acelerar a degradação natural de mobiliário histórico, obras de arte e equipamentos acomodados nos ambientes que ficarem sem ar condicionado.

2.7. Cabe destacar ainda que consta na Nota Técnica 12 (6526499) informações sobre a necessidade/estimativas de equipamentos de ar-condicionado tipo split de vários modelos (capacidade BTUs) associadas a demandas por novos aparelhos de ar-condicionado que já estão sendo atendidas, bem como, outras que ainda faltam ser atendidas.

2.8. A Nota Técnica em referência justificar a formulação de demanda para a realização de processo licitatório, na forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços para aquisição de equipamentos de ar condicionado tipo split, de peças para reposição e fluido refrigerante, de modo a garantir o adequado funcionamento dos sistemas de climatização do Palácio do Planalto, seus Anexos, Pavilhão das Metas, das edificações no complexo N2, do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto.

2.9. A adoção pelo Sistema de Registro de Preços - SRP justifica-se como forma de evitar a realização de procedimentos licitatórios frequentes para a aquisição dos referidos bens, uma vez que o parque de equipamentos de ar condicionado, sempre demandam a reposição de novos aparelhos, novas condensadoras, peças e fluido refrigerante para que seja garantido o correto funcionamento dos sistemas de climatização.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. Requisitos Gerais:

3.1.1. Os bens e materiais objeto deste Registro de Preço para aquisição de equipamentos de ar condicionado tipo split, de peças para reposição e fluido refrigerante, de modo a garantir o adequado funcionamento dos sistemas de climatização do Palácio do Planalto, seus Anexos, Pavilhão das Metas, das edificações no complexo N2, do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto são considerados, igualmente, como comuns, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado, bem como nos termos do artigo 3º, inciso II do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, tendo em vista que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais de mercado:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

3.1.2. Ademais, registra-se que os equipamentos e materiais objeto deste Registro de Preço não se enquadram como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.1.3. Os equipamentos e materiais objeto deste Registro de Preço devem promover uma melhor climatização nas salas ou ambientes em que serão instalados. Devem ser de fácil instalação e manuseio tanto para instalação e deverão estar acompanhados de todos os respectivos acessórios, bem como, cumprir a legislação aplicável ao objeto da presente licitação.

3.1.4. Dentre os possíveis códigos CATMAT, aqueles que melhor se amoldaram as especificações constantes do Documento de Formalização da Demanda nº 587/2024/COMAN/COENGE/DIENP/SA estão indicados abaixo juntamente com as quantidades mínimas e máximas reavaliadas na Nota Informativa nº 12/2025/COMAE/COENGE/DIENP/SA/SE/CC/PRR. Frisa-se que foram priorizados modelos cujo código corresponde a "Item CATMAT sustentável".

Item	Descrição	Quantidade Mínima a ser adquirida	Quantidade Máxima a ser adquirida	Código CATMAT
1	Ar condicionado tipo split Cassete 4 vias compacto 36.000 BTU/h	2	8	458221
2	Ar condicionado tipo split Cassete 4 vias compacto 24.000 BTU/h	2	8	605381
3	Ar condicionado tipo split High-wall 36.000 BTU/h	10	30	316530
4	Ar condicionado tipo split High-wall 24.000 BTU/h	10	30	480928
5	Ar condicionado tipo split High-wall 18.000 BTU/h	10	30	458191
6	Ar condicionado tipo split High-wall 12.000 BTU/h	10	30	458192
7	Ar condicionado tipo split Piso teto 48.000 BTU/h	5	20	611341
8	Ar condicionado tipo split Piso teto 36.000 BTU/h	5	20	355747
9	Ar condicionado tipo split Piso teto 24.000 BTU/h	5	20	355746
10	Ar condicionado tipo split, built-in (teto embutido) 36.000 BTU/h	1	4	621336
11	Ar condicionado tipo split, built-in (teto embutido) 60.000 BTU/h	1	4	480929
12	Fluido refrigerante R32 recipiente de gás de no mínimo 9 Kg	10	30	613141
13	Fluido refrigerante R410A recipiente de gás de no mínimo 11 Kg	10	90	400047
14	Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 1 ou 2 vias	30	90	484501
15	Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 4 vias	30	90	484501

3.2. Requisitos específicos:

3.2.1. Considerando as necessidades e particularidades dos bens e serviços ofertados aos órgãos da Presidência da República, especialmente no tocante a durabilidade, segurança e observância dos normativos legais vigentes, dos materiais que ora se propõe adquirir, considerando o teor das especificações sugeridas no Documento de Formalização da Demanda nº 587/2024/COMAN /COENGE/DIENP/SA (6476889) e reavaliadas na Nota Técnica 12 (6526499) /COMAE/COENGE/ DIENP/SA/SE/CC/PR, buscando aumentar o número de marcas/modelos que poderão participar do certame (maior concorrência), as especificações a serem atendidas são:

3.2.1.1. Equipamento de ar condicionado tipo split cassette "júnior" ou "compacto" de 4 vias, 36.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT com Cassete 4 vias compacto, operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;
4. possuir capacidade de 36.000 (trinta e seis mil) BTU/h ou superior;
5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico em 60 Hz (sessenta Hertz);
6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021;
7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel), devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual;
10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;

3.2.1.2. Equipamento de ar condicionado tipo split cassette "júnior" ou "compacto" de 4 vias, 24.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT com Cassete 4 vias compacto, operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;
4. possuir capacidade de 24.000 (vinte e quatro mil) BTU/h ou superior;
5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico em 60 Hz (sessenta Hertz);
6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.
10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;

3.2.1.3. Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT High-wall compacto, operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;
4. possuir capacidade de 36.000 (trinta e seis mil) BTU/h ou superior;
5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica em 60 Hz (sessenta Hertz);
6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.
10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;

3.2.1.4. Equipamento de ar condicionado tipo split, 24.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT High-wall compacto, operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;
4. possuir capacidade de 24.000 (vinte e quatro mil) BTU/h ou superior;
5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica em 60 Hz (sessenta Hertz);
6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.
10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;

3.2.1.5. Equipamento de ar condicionado tipo split hi-wall, 18.000 BTU/h, com evaporadora, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT High-wall compacto, operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;

4. possuir capacidade de 18.000 (dezoito mil) BTU/h ou superior;
 5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica em 60 Hz (sessenta Hertz);
 6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
 7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
 8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
 9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.
 10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;
- 3.2.1.6. Equipamento de ar condicionado tipo split, 12.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT High-wall compacto, operação inverter;
 2. ter condensador remoto a ar;
 3. possuir ciclo frio;
 4. possuir capacidade de 12.000 (doze mil) BTU/h ou superior;
 5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica em 60 Hz (sessenta Hertz);
 6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
 7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
 8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
 9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.
 10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e tricloroetano;
- 3.2.1.7. Equipamento de ar condicionado tipo split piso teto, 48.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT Piso teto compacto, operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;
4. possuir capacidade de 48.000 (quarenta e oito mil) BTU/h ou superior;
5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico, em 60 Hz (sessenta Hertz);
6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;

9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;

3.2.1.8. Equipamento de ar condicionado tipo split piso teto, 36.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT Piso teto compacto, operação inverter;

2. ter condensador remoto a ar;

3. possuir ciclo frio;

4. possuir capacidade de 36.000 (trinta e seis mil) BTU/h ou superior;

5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico, em 60 Hz (sessenta Hertz);

6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.

7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;

8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;

9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;

3.2.1.9. Equipamento de ar condicionado tipo split, 24.000 BTU/h, com evaporadora tipo piso teto, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT compacto piso teto, operação inverter;

2. ter condensador remoto a ar;

3. possuir ciclo frio;

4. possuir capacidade de 24.000 (vinte e quatro mil) BTU/h ou superior;

5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico, em 60 Hz (sessenta Hertz);

6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.

7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;

8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;

9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.

10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;

3.2.1.10. Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU/h, com evaporadora tipo built-in (teto embutido), operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT compacto built-in (teto embutido), operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;
4. possuir capacidade de 36.000 (trinta e seis mil) BTU/h ou superior;
5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico, em 60 Hz (sessenta Hertz);
6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.
10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;

3.2.1.11. Equipamento de ar condicionado tipo split, 60.000 BTU/h, com evaporadora tipo built-in (teto embutido), operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.

Modelo/Marca Referência: TCL, LG, ELGIN, FUJITSU, HITACHI, PHILCO

1. ser do tipo SPLIT compacto built-in (teto embutido), operação inverter;
2. ter condensador remoto a ar;
3. possuir ciclo frio;
4. possuir capacidade de 60.000 (sessenta mil) BTU/h ou superior;
5. funcionar com tensão nominal de alimentação de 220 V (duzentos e vinte volts) monofásica ou 380 (trezentos e oitenta) Volts trifásico, em 60 Hz (sessenta Hertz);
6. estar em conformidade com o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), de modo que seja garantido o uso eficiente da energia elétrica na Administração Pública Federal nos termos do Decreto nº 10.779 de 25 de agosto de 2021.
7. possuir controle remoto sem fio com certificação/homologação pela Agência Nacional de Telecomunicações (selo da Anatel) devidamente acompanhado de pelo menos 1 (um) conjunto de pilhas compatíveis com o controle remoto;
8. utilizar fluido refrigerante R-410A ou R32;
9. Os equipamentos devem ser fornecidos acompanhados de manuais e com todos os respectivos acessórios indicados no manual do fabricante, inclusive com a quantidade de fluido refrigerante especificada no respectivo manual.
10. não fazer uso de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelos Anexos A e B do Protocolo de Montreal (Decreto nº 2.783, de 17 de setembro de 1998), como, por exemplo, CFCs 11 a 13; CFCs 111 a 115; CFCs 211 a 217; Halons 1211, 1301 e 2402; CTC, e triclouroetano;

3.2.1.12. Fluido refrigerante R32 recipiente de gás de no mínimo 9 Kg

Modelo/Marca Referência: Marca Chemours ou Dupont

3.2.1.13. Fluido refrigerante R410A recipiente de gás de no mínimo 11 Kg

Modelo/Marca Referência: Marca Chemours ou Dupont

3.2.1.14. Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 1 ou 2 vias

Modelo/Marca Referência: ASPEN PUMPS

Modelo/Marca Referência: ASPEN PUMPS

3.2.2. As exigências para a contratação do objeto não são impeditivas e não demonstraram diminuir o interesse de potenciais fornecedores na participação do futuro processo licitatório. Ademais, as especificações dos equipamentos de ar condicionado, das peças para reposição e fluido refrigerante a serem entregues devem observar padronização compatível com aquelas adotadas usualmente nas empresas especializadas do ramo de comércio e indústria. Os dados dos produtos também devem atender a catalogação no sistema de compras do governo federal.

3.2.3. As marcas/modelos do produto de referência associada aos itens correspondentes àquela indicada no documento encaminhado pela área demandante, isto é, na Nota Técnica 12 (6526499)COMAE/COENGE/DIENP/SA/SE/CC/PR e, agora complementada durante a realização do presente estudo de contratação, pois, tratam-se de equipamentos de ar condicionado, de peças para reposição e fluido refrigerante padrões e produzidos por vários fabricantes e comercializados comumente no mercado, seja de lojas físicas ou pela internet.

3.3. Critérios e práticas de sustentabilidade

3.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.3.2. Os produtos deverão ser embalados e transportados de forma adequada de acordo com suas especificidades, a fim de que não viole sua integridade.

3.3.3. A Contratada, deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme prevê a IN 01, de 19 de janeiro de 2010, a saber:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

3.4. Da exigência de amostra

3.4.1. Não haverá exigência de amostra.

3.5. Recebimento

3.5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho (NE) de despesa ou de outro documento equivalente, em remessa única no seguinte local de entrega: Depósito Central da Presidência da República, situado na Avenida N-2, Área anexa ao Palácio do Planalto, CEP 70150-900, em Brasília - DF.

3.5.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação da licitante vencedora devidamente justificada e comprovada. O pedido de prorrogação será avaliado pelos responsáveis designados para o recebimento, ou então, se for a hipótese, pelo fiscal responsável pela gestão do contrato. Não cabe recurso da decisão que deferir ou não a prorrogação.

3.5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato de entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável designado pela administração para acompanhamento e fiscalização da contratação em questão, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.5.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração Contratante, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.5.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências quanto as especificações e/ou contratuais.

3.5.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à licitante vencedora para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Art. 143. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

- 3.5.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 3.5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens e dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional da licitante vencedora pela perfeita entrega dos bens e execução das regras estabelecidas no processo licitatório em questão.
- 3.5.9. A licitante vencedora deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues. Deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
- 3.5.10. A licitante vencedora deverá fornecer bens ou materiais novos, de primeiro uso, fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado compatíveis com as especificações indicadas nos documentos licitatórios.

3.6. Garantia da Contratação

- 3.6.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

3.7. Garantia dos bens entregues

- 3.7.1. Por se tratar de bens comuns, o prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 3.7.2. A garantia se iniciará a partir do recebimento definitivo.
- 3.7.3. A licitante vencedora deverá arcar com todos os custos da operação, transporte, mão-de-obra, frete ou qualquer outra despesa decorrente que advém da garantia/assistência técnica, não havendo qualquer ônus para a Secretaria de Administração da Presidência da República.

3.8. Impossibilidade de Adesão posterior à Ata de Registro de Preços

- 3.8.1. Considerando o disposto no inc. XI do art. 7º do Decreto 11462, de 31 de março de 2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Coordenação de Materiais não dispõe de capacidade e recursos humanos suficientes para gerenciamento posterior de atas, nos termos do inc. I do art. 7º, do Decreto 11462, de 31 de março de 2023.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Engenharia e Patrimônio	ERICA CARVALHO DE ALMEIDA

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. A Lei nº 14.133/2021, que rege as novas normas de licitações e contratos administrativos no Brasil, estabelece diretrizes claras para o levantamento de mercado e a análise comparativa de soluções como etapas fundamentais do planejamento das contratações públicas.

5.2. Levantamento de Mercado

- 5.2.1 O levantamento de mercado visa identificar as soluções disponíveis que atendam à necessidade da Administração, considerando aspectos técnicos, econômicos e operacionais. As principais metodologias incluem:

1. Consulta a fornecedores:
 - Envio de solicitações formais a um número razoável de fornecedores.
 - Registro das comunicações e respostas recebidas.
 - Critérios objetivos para seleção dos fornecedores consultados.
2. Consulta a outras entidades públicas:
 - Verificação de contratações similares realizadas por outros órgãos.
 - Análise de soluções adotadas e seus resultados.

3. Pesquisa em fontes oficiais e especializadas:

- Utilização de sistemas como o PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), Painele de Preços, Catálogo Eletrônico de Padronização, entre outros.

5.3. Análise Comparativa de Soluções

5.3.1. A análise comparativa deve considerar não apenas o preço, mas também os aspectos qualitativos e benefícios estratégicos da contratação. A Lei 14.133/2021 orienta que essa análise inclua:

1. Comparação entre alternativas de mercado:

- Avaliação de diferentes tecnologias, modelos de fornecimento (compra vs. locação), e níveis de suporte técnico.

2. Estudo de soluções adotadas por outros órgãos:

- Identificação de boas práticas e lições aprendidas.

3. Custo-benefício e riscos associados:

- Consideração de custos diretos e indiretos, inclusive de manutenção.
- Avaliação de riscos operacionais e institucionais.

4. Aspectos de sustentabilidade e inovação:

- Preferência por soluções sustentáveis e inovadoras, conforme diretrizes da Administração Pública.

5.4. Nesse tópico realizou-se o levantamento de mercado, com consultas de contratações similares praticadas por órgãos da Administração Pública, para conhecer e entender como este tipo de contratação está sendo conduzido nos demais órgãos, foi observado que esta é uma aquisição de bem comum.

5.5. Constatou-se que os itens similares, almejados pelas áreas demandantes, foram adquiridos pelos outros órgãos públicos por diferentes modalidades de licitação: Contratação Direta por Dispensa; Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços.

5.6. A escolha pelo procedimento do Sistema de Registro de Preços-SRP considerou as vantagens conferidas à administração pública quanto a possibilidade de atender sua demanda em acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, o que, indubitavelmente, tem potencial para melhorar o planejamento administrativo e otimizar o uso dos recursos públicos disponíveis.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado no presente Estudo, abrange a aquisição, pelo Sistema de Registro de Preços, de equipamentos de ar condicionado tipo split, de peças para reposição e fluido refrigerante, de modo a garantir o adequado funcionamento dos sistemas de climatização do Palácio do Planalto, seus Anexos, Pavilhão das Metas, das edificações no complexo N2, do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto.

6.2. As demandas identificadas neste estudo têm origem em **Relatórios Estatísticos de Depreciação Acumulada dos Aparelhos de Ar-Condicionado** (Relatório Estatístico de Aparelhos de Ar Condicionado (6739946)) instalados nas dependências da Presidência da República. O documento considera o desgaste natural e a obsolescência dos equipamentos ao longo de seu ciclo de vida útil, evidenciando a perda de valor dos ativos em decorrência do uso contínuo.

6.3. A depreciação acumulada constitui um **indicador estratégico de gestão patrimonial**, essencial para subsidiar decisões como a substituição de equipamentos. Além de contribuir para **a precisão das informações contábeis**, esse indicador permite o **planejamento eficiente da renovação de ativos**, assegurando a continuidade dos serviços, a otimização de recursos públicos e a avaliação da rentabilidade de investimentos em infraestrutura.

6.3. A demanda por substituição dos aparelhos de ar-condicionado está fundamentada em um **Relatório Estatístico de Depreciação Acumulada**, o que é uma prática alinhada com a boa gestão patrimonial e com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Justificativa Técnica com Base na Depreciação Acumulada

6.4.1. A depreciação acumulada é um indicador contábil que reflete a perda de valor de um ativo ao longo do tempo, devido ao uso, desgaste natural e obsolescência. No contexto da Administração Pública, ela:

- **Apoia decisões de substituição de ativos com base em critérios objetivos;**
- **Evita gastos excessivos com manutenção de equipamentos ineficientes;**

- **Garante a continuidade e eficiência dos serviços públicos;**
- **Contribui para a transparência e economicidade, conforme exigido pela Lei 14.133/2021.**

6.5 As especificações técnicas dos aparelhos de ar condicionado a serem adquiridos, tais como, por exemplo, capacidade de refrigeração, tensão de alimentação, tipo de fluido refrigerante dentre outras observaram aquelas especificações definidas na Nota Técnica 12 (6526499) e, agora complementada durante a realização do presente estudo de contratação. Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser de qualidade adequada e estarem de acordo com as especificações do Termo de Referência - TR deste processo em questão.

6.6. As descrições dos materiais atendem às demandas existentes e estão de acordo com as especificações técnicas constantes no Catálogo de Material – CATMAT, bem como, com o setor produtivo e o mercado nacional.

6.7. Os quantitativos visam o atendimento das melhores práticas de eficiência energética e diminuição do consumo de energia elétrica tanto no Palácio do Planalto e seus anexos, como também, no âmbito das residências oficiais da Presidência da República (Palácio da Alvorada e Granja do Torto) e da Vice-Presidência (Palácio do Jaburu). Ademais, a solução visa a adoção de condições para uma gestão e governança pública sustentável alinhada com compromissos internacionais firmados pelo Brasil.

6.8. A especificação técnica dos equipamentos foi elaborada com base no Documento de Formalização da Demanda nº 587/2024/COMAN/COENGE /DIENP/SA e reavaliada pela Nota Técnica nº 12/COMAE/COENGE/DIENP/SA/SE/CC/PR, com o intuito de ampliar a competitividade no certame, permitindo a participação de diversas marcas e modelos disponíveis no mercado nacional.

6.9. A solução contempla diferentes tipos de sistemas de climatização do tipo split — incluindo modelos cassete 4 vias, hi-wall, piso teto e built-in (teto embutido) — com capacidades variando entre 12.000 e 60.000 BTU/h, todos com operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel de eficiência energética, e controle remoto sem fio homologado pela Anatel. Os equipamentos devem utilizar fluidos refrigerantes ecológicos (R32 ou R410A), livres de substâncias que agredem a camada de ozônio, conforme o Protocolo de Montreal.

6.10. Complementam a solução a aquisição de bombas centrífugas para dreno e recipientes de fluido refrigerante com capacidade mínima adequada para manutenção e reposição, garantindo a continuidade e eficiência dos sistemas instalados.

6.11. Além dos requisitos técnicos, a contratação observa critérios de sustentabilidade ambiental, conforme previsto na Instrução Normativa nº 01/2010 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, exigindo que os bens sejam preferencialmente compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis, com embalagens adequadas e de menor impacto ambiental.

6.12. A padronização dos equipamentos e insumos visa facilitar a manutenção, reduzir custos operacionais e assegurar a compatibilidade com os sistemas já existentes, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos e no conforto ambiental dos espaços institucionais.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo a ser adquirido é aquele indicado na Nota Técnica 12 (6526499) COMAE/COENGE/DIENP/SA/SE/CC/PR no que se refere a quantidade mínima a ser adquirida.

Item	Descrição	Quantidade Mínima a ser adquirida	Quantidade Máxima a ser adquirida
1	Equipamento de ar condicionado tipo split cassete "júnior" ou "compacto" de 4 vias, 36.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A .	2	8
2	Equipamento de ar condicionado tipo split cassete "júnior" ou "compacto" de 4 vias, 24.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	2	8
3	Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	10	30
4	Equipamento de ar condicionado tipo split, 24.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	10	30
5	Equipamento de ar condicionado tipo split hi-wall, 18.000 BTU/h, com evaporadora, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	10	30
6	Equipamento de ar condicionado tipo split, 12.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	10	30
7	Equipamento de ar condicionado tipo split piso teto, 48.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio,	5	20

	fluido refrigerante R32 ou R410A.		
8	Equipamento de ar condicionado tipo split piso teto, 36.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	5	20
9	Equipamento de ar condicionado tipo split, 24.000 BTU/h, com evaporadora tipo piso teto, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	5	20
10	Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU/h, com evaporadora tipo built-in (teto embutido), operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	1	4
11	Equipamento de ar condicionado tipo split, 60.000 BTU/h, com evaporadora tipo built-in (teto embutido), operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	1	4
12	Fluido refrigerante R32 recipiente de gás de no mínimo 9 Kg	10	30
13	Fluido refrigerante R410A recipiente de gás de no mínimo 11 Kg	10	90
14	Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 1 ou 2 vias	30	90
15	Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 4 vias	30	90

7.1.1. No ano de 2023, houve licitação fracassada com declínio de alguns itens dos pregões eletrônicos realizados para a aquisição de quantitativos específicos de equipamentos do tipo split e ar condicionado portátil, além de peças de reposição para o sistema VRF, conforme processos nº 00059.001785/2023-67, nº 00059.000085/2023-55 e nº 00059.000565/2023-16.

7.1.2. No ano de 2024 houve licitação para a aquisição de quantitativos específicos de equipamentos do tipo split e ar condicionado portátil, conforme processo 00059.000074/2024-56, porém os saldos das Atas de Registro de Preço (91, 92 e 93), resultantes desse processo já se encontram com seus saldos praticamente esgotados, não sendo suficiente para suprir a demanda existente.

7.2. Este estudo por objetivo justificar tecnicamente a estimativa dos quantitativos de equipamentos de climatização a serem contratados, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar, com base em dados patrimoniais e operacionais da Coordenação de Manutenção Eletromecânica (COMAE).

7.3. A COMAE realiza esforços contínuos de manutenção e conservação dos sistemas de climatização instalados nas dependências da instituição. No entanto, diversos fatores têm comprometido a efetividade dessas ações:

- Obsolescência dos equipamentos: grande parte dos aparelhos de ar-condicionado encontra-se com o ciclo de vida útil expirado, com mais de 10 (dez) anos de uso.
- Descontinuidade de peças: fornecedores têm reportado a indisponibilidade de componentes para manutenção, devido à descontinuação dos modelos.
- Novas demandas: há solicitações recorrentes para instalação de sistemas de climatização em áreas que anteriormente não eram atendidas.

7.4. A análise patrimonial realizada em 16/05/2025, com base na planilha extraída do sistema GPAT, revelou o seguinte panorama:

7.4.1 Distribuição por Faixa Etária dos Equipamentos

Faixa Etária	Quantidade	Percentual (%)
Até 10 anos	495	59,8%
Entre 11 e 20 anos	300	36,2%
Acima de 20 anos	33	4,0%

Total de equipamentos analisados: 828 unidades

7.4.2. A partir desses dados, observa-se que 333 equipamentos (40,2%) já ultrapassaram o limite técnico recomendado para operação eficiente, o que justifica sua substituição ou desativação.

7.4.3. A memória de cálculo foi elaborada com base na data de tombamento dos equipamentos, conforme registrado na Planilha Relacao-Patrimonio-GPAT-2025 05 16 - 16 17 47 (SEI 6739938). A idade foi calculada considerando o ano de referência de 2025, e os equipamentos foram classificados em faixas etárias conforme critérios técnicos de durabilidade e desempenho.

7.4.4. Diante do exposto, justifica-se a contratação dos quantitativos estimados para:

- Substituição de equipamentos obsoletos, com mais de 10 anos de uso.
- Atendimento às novas demandas de climatização, em áreas que passaram a requerer controle térmico.
- Melhoria da eficiência energética e operacional, com a adoção de modelos mais modernos e sustentáveis.

7.5. A presente justificativa está amparada por documentos oficiais da COMAE e pela análise estatística do parque de equipamentos, garantindo transparência e fundamentação técnica ao processo de contratação, bem como na legislação e normas técnicas que tratam diretamente da manutenção, substituição e operação de sistemas de climatização no Brasil, especialmente no setor público:

7.5.1. Legislação Federal

Lei nº 13.589/2018

Dispõe sobre a obrigatoriedade de um Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) para sistemas de climatização em ambientes de uso público e coletivo 1.

- Aplicação: obrigatória para todos os edifícios públicos e privados com ambientes climatizados artificialmente.
- Objetivo: garantir a boa qualidade do ar interior e minimizar riscos à saúde dos ocupantes.
- Prazo: sistemas já instalados tiveram 180 dias para se adequar após a regulamentação da lei.
- Referência técnica: os parâmetros devem seguir a Resolução ANVISA nº 9/2003 e normas da ABNT.

7.5.2. Normas Técnicas da ABNT

NBR 16401 (Partes 1, 2 e 3)

Estabelece requisitos para projeto, instalação e operação de sistemas de ar-condicionado, com foco em:

- Eficiência energética
- Qualidade do ar interior
- Conforto térmico
- Segurança operacional

7.5.2.1. Essa norma é amplamente utilizada como referência técnica para justificar substituições de equipamentos obsoletos, especialmente quando não atendem mais aos critérios de desempenho e segurança exigidos.

7.5.3. Resolução ANVISA nº 9/2003

Define os padrões de qualidade do ar interior em ambientes climatizados, incluindo:

- Temperatura
- Umidade relativa
- Velocidade do ar
- Taxa de renovação
- Grau de pureza

7.5.3.1. Essa resolução é complementar à Lei 13.589/2018 e serve como base para avaliação técnica da necessidade de substituição de equipamentos que não conseguem mais garantir esses padrões.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.292.759,48

VALOR - R\$ 1.292.759,48 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

8.1. Seguindo as orientações da Instrução Normativa nº 65-ME, de 7 de julho de 2021, foram realizadas pesquisas no sítio governamental Painel de Preços, e em sítios de outros entes públicos (não localizados), devido a especificação do objeto em questão. Neste sentido, foram realizadas pesquisas complementares com fornecedores especializados, os quais apresentaram dados satisfatórios e que proporcionaram uma visão dos preços, por isso foi usada (a média de preços) que refletem com segurança o praticado atualmente no mercado.

8.2. Os valores estimados para fins de análise preliminar da viabilidade da aquisição são:

Item	Descrição	Quantidade Mínima a ser adquirida	Quantidade Máxima a ser adquirida	Unidade de Fornecimento	Preço unitário "Estimado R\$"	Preço total "Estimado R\$"
1	Equipamento de ar condicionado tipo split cassette "júnior" ou "compacto" de 4 vias, 36.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação	2	8	Unidade	R\$ 8.934,00	R\$ 71.472,00

	de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A .					
2	Equipamento de ar condicionado tipo split cassete "júnior" ou "compacto" de 4 vias, 24.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	2	8	Unidade	R\$ 4.957,07	R\$ 39.656,56
3	Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	10	30	Unidade	R\$ 7.986,00	R\$ 239.580,00
4	Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	10	30	Unidade	R\$ 4.228,00	R\$ 126.840,00
5	Equipamento de ar condicionado tipo split hi-wall, 18.000 BTU/h, com evaporadora, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	10	30	Unidade	R\$ 3.130,00	R\$ 93.900,00
6	Equipamento de ar condicionado tipo split, 12.000 BTU/h, com evaporadora tipo hi-wall, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel , tensão de alimentação de 220 Volts monofásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	10	30	Unidade	R\$ 2.150,00	R\$ 64.500,00
7	Equipamento de ar condicionado tipo split piso teto, 48.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	5	20	Unidade	R\$ 9.585,00	R\$ 191.700,00
8	Equipamento de ar condicionado tipo split piso teto, 36.000 BTU/h, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	5	20	Unidade	R\$ 7.800,00	R\$ 156.000,00
9	Equipamento de ar condicionado tipo split, 24.000 BTU/h, com evaporadora tipo piso teto, operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	5	20	Unidade	R\$ 4.300,00	R\$ 86.000,00
10	Equipamento de ar condicionado tipo split, 36.000 BTU/h, com evaporadora tipo built-in (teto embutido), operação inverter, condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	1	5	Unidade	R\$ 7.468,93	R\$ 29.875,72
	Equipamento de ar condicionado tipo split, 60.000 BTU/h, com evaporadora tipo built-in (teto embutido), operação inverter,					

11	condensador remoto a ar, ciclo frio, selo Procel, tensão de alimentação de 220 Volts monofásico ou 380 Volts trifásico, controle remoto sem fio, fluido refrigerante R32 ou R410A.	1	5	Unidade	R\$ 11.473,00	R\$ 45.892,00
12	Fluido refrigerante R32 recipiente de gás de no mínimo 9 Kg	10	30	Unidade	R\$ 594,50	R\$ 17.835,00
13	Fluido refrigerante R410A recipiente de gás de no mínimo 11 Kg	10	90	Unidade	R\$ 558,00	R\$ 50.220,00
14	Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 1 ou 2 vias	30	90	Unidade	440,49	R\$ 39.644,10
15	Bomba centrífuga para dreno para evaporadora de 4 vias	30	90	Unidade	440,49	R\$ 39.644,10
TOTAL					R\$ 74.045,48	R\$ 1.292.759,48

8.3. Considerando as informações e quantitativos indicados na tabela acima, tem-se que o valor TOTAL estimado da contratação é de **R\$ 1.292.759,48** (um milhão, duzentos e noventa e dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, enquadrando-se no art. 40, inciso V, alíneas "a" e "b c/c " §3º, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V- atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

(...)

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo (grifos nosso).

9.2. No caso em tela, o respectivo código CATMAT para cada um dos itens almejados já está no menor grau de divisibilidade. Por conseguinte, não há que se cogitar em parcelamento ou fracionamento dos itens a serem adquiridos

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes da almejada contratação. A empresa que porventura seja contratada deverá apenas fornecer os equipamentos que ora se propõe adquirir descritos no presente estudo.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Esta aquisição associada ao DFD 587/2024 (SUPER nº 6476889), está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000004/2025

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024

III) Id do item no PCA: 665

IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL, MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS

V) Identificador da Futura Contratação: 110001-348/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Os benefícios a serem alcançados pelo Órgão com a aquisição são:

- Possibilitar a continuidade dos trabalhos em ambientes onde atualmente não são atendidos por sistemas de climatização;
- Permitir a substituição de equipamentos de ar condicionado ultrapassados e com grande consumo de energia que já estejam apresentando sinais de desgaste, ou então, com possibilidade de falhas e possam causar interrupções permanentes;
- Renovar o parque de climatização com equipamentos modernos, eficientes e sustentáveis;
- Equipamentos depreciados comprometem a eficiência energética e o conforto térmico;
- A substituição é mais vantajosa do que a manutenção contínua;
- Atualização do parque logístico de equipamentos garantindo maior segurança, salubridade e economia de consumo de energia;
- Garantir melhores condições para a execução das atividades inerentes as unidades administrativas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Não há providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. De modo a ser garantir mínimos impactos ambientais devem ser observados os requisitos elencados nos requisitos de sustentabilidade.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Considerando todos os aspectos já mencionados, avalia-se que a aquisição atenderá a Administração de forma satisfatória, portanto sendo viável. Em cumprimento ao disposto no art. 24 da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, emitida pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o presente estudo segue assinado pelos Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE WILTON VIEIRA SILVA

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 04/09/2025 às 12:38:39.

JOSE SILVIO PESSOA FILHO

Integrante Técnico da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 05/09/2025 às 14:28:42.